DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA RERRATIFICAÇÃO DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO -CREDIPEA - CNPJ Nº 02.674.113/0001-06, REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL SOB O Nº 53 4 0000462 7. 1) HORA/LOCAL: Realizada em terceira convocação, no dia 03 de outubro de 2000, às 11:00 horas na sede da Cooperativa, situada no Setor Bancário Sul, Ed. BNDES. na cidade de Brasília. Distrito Federal. 2) DIRETORA/SECRETÁRIO: A Assembléia foi presidida pelo Sr. LUIZ CEZAR LOUREIRO DE AZEREDO Diretor Presidente e secretariada por LOURIVAL BRASIL FILHO Secretário. 3) INSTALAÇÃO DA ORDEM DO DIA: Constatado o quorum legal a Assembléia foi declarada instalada pelo Presidente, com a presença de 14 associados. Em seguida foi realizada a leitura do Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 22 de setembro de 2000, página 29, Seção III - Ineditoriais, cujo teor é o seguinte: O Diretor Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Ministério do Planejamento e Orcamento - CREDIPEA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 52 do Estatuto Social, convoca seus associados que, nesta data, somam a 393, para reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária de Rerratificação, da AGO/E de 24.03.2000 e da AGE de 01.08.2000, a se realizar no dia 03 de outubro de 2000, nas dependências do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, localizado no SBS - Ed. BNDES, Auditório do 4º andar, nesta Capital, às 09:00 h (nove horas) em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; ou, em segunda convocação, às 10:00 h (dez horas), com a metade mais um dos associados; e, em terceira e última convocação às 11:00 h (onze horas), com a presença de - no mínimo - 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1 - Reforma Estatutária, compreendendo: 1.1 - Art. 1º - Alteração do nome da Cooperativa (ratificação de decisões da AGO/E de 24.03.2000 e da AGE de 01.08.2000); 1.2 -Art. 4º - Alteração do quadro de associados (ratificação de decisão da AGE de 01.08.2000); 1.3 - Art. 11º - Estabelecimento de prazo para prescrição das obrigações do associado (retificação recomendada pelo Banco Central do Brasil); 1.4 - Art. 17º - Prazo para reingresso de associado que se desligou voluntariamente da Cooperativa (supressão do artigo conforme recomendação feita pelo Banco Central do Brasil); 1.5 - Art. 21º - Aumento do capital social (ratificação da decisão da AGO/E de 24.03.2000); 1.6 - Art. 43º - Alteração do mandato do Conselho de Administração (ratificação da decisão da AGE de 01.08.2000); 1.7 - Art.67º - Condições para eleição e exercício do cargo (retificação recomendada pelo Banco Central do Brasil). 4) DELIBERAÇÕES: 4.1 ORDEM DO DIA: 1. Reforma Estatutária: Item 1.1 – Alteração do nome da Cooperativa: A Assembléia, ratificando decisões da AGO/E de 24.03.2000 e da AGE de 01.08.2000, aprovou por unanimidade a alteração do nome da Cooperativa , ficando com a seguinte redação o Art. 1º - A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores dos Ministérios do Planejamento. Orçamento e Gestão, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e da Integração Nacional, constituída nos termos da Lei 5.764 de 16/12/71 que dá forma jurídica à sociedade cooperativa, atendidas as disposições

da Lei 4.595, de 31/12/64 e funcionamento das Instituições Financeiras, tem como sigla a palavra COOPERPLAN; e rege-se pelo presente estatuto, tendo: a) sede e administração na cidade de Brasília, Distrito Federal; b) foro jurídico na cidade de Brasília, Distrito Federal, c) prazo de duração indeterminado; d) área de ação circunscrita às dependências dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Integração Nacional e seus órgãos vinculados, quais sejam: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação -FNDE: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP; Fundação Universidade de Brasília - FunB; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND; Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO; Instituto de Propriedade Industrial - INPI; Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste SUDENE; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS; Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF; e) exercício social com duração de 12 (doze) meses, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. 1.2 - Alteração do quadro de associados: A Assembléia, ratificando decisão da AGE de 01.08.2000, aprovou por unanimidade a inclusão de associados de acordo com o disposto na legislação em vigor, ficando com a seguinte redação o Art. 4º - Podem ainda associar-se à Cooperativa os servidores e prestadores de serviço em caráter não eventual, dos Ministérios, órgãos e empresas relacionados na alínea "d" do Artigo 1º, que concordem com o presente Estatuto e preencham as condições nele estabelecidas. Parágrafo Primeiro -Podem associar-se, também: os empregados da Cooperativa e os empregados das entidades a ela associadas e daqueles de cujo capital a Cooperativa participe: pais, cônjuge ou companheiro(a), viúvo(a), filho, dependente legal, e pensionista de associado falecido. Parágrafo Segundo - À exceção de cooperativas de crédito podem, ainda, fazer parte do quadro social pessoas jurídicas sem fins lucrativos, cujos sócios, integrem, obrigatoriamente, o quadro de cooperados, e os funcionários da cooperativa. 1.3 - Estabelecimento de prazo para prescrição das obrigações do associado. A Assembléia, atendendo recomendação feita pelo Banco Central do Brasil, aprovou por unanimidade a retificação do artigo 11º, que passa a ter a seguinte redação: Art. 11º - Em caso de falecimento do associado. as obrigações por ele deixadas, contraídas diretamente com a Cooperativa, e as contraídas com terceiros mediante a coobrigação da Cooperativa, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano contado do dia da abertura da sucessão. 1.4 - Prazo para reingresso de associado que se desligou voluntariamente da Cooperativa. A Assembléia, atendendo recomendação feita pelo Banco Central do Brasil, aprovou por unanimidade a supressão do Art. 17º. 1.5 - Aumento do capital social. A Assembléia, ratificando decisão da AGE de 01.08.2000, aprovou por unanimidade a alteração da redação do antigo artigo 21º. A redação do novo artigo 20º passa, portanto, a ser a seguinte: Art. 20º - Para o aumento contínuo do capital social cada associado deve subscrever e integralizar.

obrigatoriamente, todos os meses, através de desconto em folha um mínimo de 2,0% (dois por ĉerto) de sua remuneração bruta. Parágrafo Primeiro – A partir do décimo terceiro mês esse percentual poderá ser reduzido a 1,0% (um por cento), mediante solicitação por escrito do associado à Diretoria Executiva. Parágrafo Segundo - Os associados referidos no Artigo 4 Parágrafo Único ficarão sujeitos a integralização mensal de quotas em valores e formas a serem decididos pelo Conselho de Administração, para cada caso. 1.6 - Alteração do mandato do Conselho de Administração. A Assembléia, ratificando decisão da AGE de 01.08.2000, aprovou por unanimidade a alteração da redação do antigo artigo 43º. ficando com a seguinte redação o novo Art. 42º: - O Conselho de Administração será composto por 9 (nove) membros, sendo 7 (sete) efetivos e 2 (dois) membros suplentes, todos associados, eleitos em Assembléia Geral para mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos ou destituídos a qualquer tempo pela Assembléia Geral, observada a obrigatoriedade da renovação de, no mínimo 1/3 (um terço) dos seus membros. Parágrafo Primeiro - O Diretor Presidente presidirá o Conselho de Administração e a Cooperativa. Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração, preferencialmente, será composto de associados representando todos os níveis hierárquicos e salariais do quadro social.-1.7 - Condições para eleição e exercício do cargo. A Assembléia, atendendo recomendação feita pelo Banco Central do Brasil, aprovou por unanimidade a alteração da redação do antigo artigo 67°, ficando o novo artigo 66° com a seguinte redação: Art. 66° -Além das exigências previstas na legislação em vigor, são condições para a eleição e o exercício dos cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal: I - ter reputação ilibada; II - possuir capacidade técnica compatível com o exercício do cargo; III - não ser cônjuge, nem parente até segundo grau, de pessoa eleita para órgão estatutário da Cooperativa; IV - não participar da administração, ou do capital por deter 5% (cinco por cento) ou mais, de qualquer outra instituição financeira. Nada mais havendo a tratar o Diretor Presidente encerrou a Assembléia, sendo a presente ATA cópia fiel do texto lavrado no livro próprio, que vai assinada pelo Diretor Presidente, pelo secretário, e pelos associados presentes. Brasília, 03 de outubro de 2000.

	000. / A // ///
NOME DO ASSOCIADO	ASSINATURA
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo	
Lourival Brasil Filho	
Sandra Moreira	
Sônia Maria Martins	
Clarindo da Silva Lima	
Leonice Souza Muniz Barbosa	
Natalina Monteiro Rocha	
Eljhone Mauter de Paulo	
Ubelvado Martins Fernandes	
Elisa Maria Habbema de Maia Revorêdo	
Raimundo da Rocha	
Irineu Chaves Cardoso	
Carlos Roberto Nogueira do	
Pérsio Marco Antônio Davison	